

LITERATURA E CONTEMPORANEIDADE: DEMANDAS, PERSPECTIVAS E POSSÍVEIS AGENCIAMENTOS.

Vanise Albuquerque SANTOSⁱ
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Vanise_albuquerque@yahoo.com.br

Resumo: Trata-se de uma abordagem reflexiva sobre a possível relação entre o ofício literário e atuais políticas públicas culturais. Nesse sentido, serão discutidos os resultados obtidos no projeto de Mestrado intitulado *Literatura e políticas públicas em Alagoinhas/BA* que investigou os modos de produção/circulação da literatura no município, assim como o posicionamento político-cultural dos escritores frente ao Estado baiano, considerando o atual momento de efervescência das políticas públicas de cultura e institucionalização da malha cultural no Brasil. Sob a perspectiva da crítica cultural, fundamentada em estudos pós-estruturalistas, abordaremos a noção de cultura literária que vem norteando a prática cultural no país, seus reflexos e desdobramentos, traduzidos pelas políticas voltadas para o livro, a leitura e a literatura. Para tanto, evidenciamos o método de pesquisa qualitativa desdobrando-se em um conjunto de diferentes técnicas. Esta abordagem está pautada na análise de resultados obtidos junto ao grupo focal e seus modos de produção. Como resultados, além da constatação da existência de um rico acervo de escritores que não cessam em produzir tornou-se visível a construção de um possível roteiro rizomático e suas interconexões literárias, que se acionados, abrem possibilidades de a literatura ativar uma máquina de guerra contra certa concepção excludente de fazer cultura.

Palavras-chave: Literatura; Políticas públicas; Cultura literária.

1. “Temos fome de literatura”

Na contemporaneidade, em tempos de capitalismo tardio, a literatura assim como as demais expressividades culturais, tem papel fundamental para problematização da cultura e sua intrínseca relação com os modos de vida. Com a recente construção do PNC (Plano Nacional de Cultura) no país e percebendo a importância deste momento também para o campo literário, sobretudo no que diz respeito ao modo como é concebido o ofício do escritor (a), consideramos relevante visualizarmos até que ponto há (ou não) um movimento de fortalecimento da cultura literária, já que a atual política cultural traz como bases estruturais as dimensões simbólica, econômica e cidadã da cultura.

Nesse sentido e considerando o espaço local como lugar, por excelência, de intensas trocas e transformações socioculturais, optamos por desenvolver o projeto de pesquisa intitulado *Literatura e políticas públicas em Alagoinhas: outros modos de produção cultural*. Tal projeto traz como foco a investigação dos modos de produção/circulação da literatura no município, bem como o posicionamento político-cultural dos escritores (as) frente ao Estado, num momento de institucionalização da malha cultural no país. Uma temática que se mostra muito pertinente, visto que possibilita a visibilidade e potencialização deste segmento artístico

no município, além de contribuir para a efetiva democratização cultural e fortalecimento da literatura local.

Para tanto, alguns questionamentos importantes perpassam este estudo, a saber: se a cultura vem se tornando um dos segmentos mais dinâmicos e estruturantes das economias na sociedade moderna, como se dá a produção literária em Alagoinhas num contexto de políticas públicas culturais? Em que circunstâncias escritores (as) produzem e como estes exercem a sua participação cidadã no espaço público?

Ao adentrarmos nestas questões nos respaldamos no conceito de políticas públicas apresentado por Rubim (2008), assim como em discussões que perpassam por reflexões que apontam a potência contida no texto literário enquanto linguagem artística para questionar a própria cultura e seus possíveis movimentos subjetivos. Nesse viés propomos pensar a organização das artes e suas implicações nos modos de vida dos sujeitos envolvidos num mundo cada dia mais globalizado.

Para investigarmos esta temática com o devido cuidado que a mesma requer, adotamos como caminho metodológico a pesquisa qualitativa, desdobrando-se em um conjunto de técnicas que vão do estudo teórico de autores (as) que tematizam cultura, literatura e políticas públicas culturais (dentre eles BARTHES, CEVASCO, CHAUI, CULLER, DELEUZE, FOUCAULT, HALL, HOISEL, JAMESON, RUBIM, WILLIAMS) a pesquisas virtuais, pesquisas em projetos de IC (Iniciação Científica), realização de visitas à Associação de escritores de Alagoinhas – Casa do Poeta (Caspal) e Academia de Letras e Artes de Alagoinhas (Alada), realização de entrevistas com escritores e gestores culturais, participação em reuniões e eventos ligados à literatura local, participação em conferências, Fóruns e colóquios de cultura.

É interessante ressaltar também que o parâmetro utilizado para pesquisarmos a produção literária em Alagoinhas, levou em consideração as produções literárias lançadas por escritores (as) que residiram, residem ou desenvolvem alguma atividade no município por um período mínimo de cinco anos – a contar retroativamente à data em que iniciamos a execução deste projeto - e que neste período tais escritores (as) tenham lançado seus livros.

Neste estudo investigativo, trazemos como ponto relevante a eclosão do Movimento Literatura Urgente (MLU) em 2004 no país, quando um grupo de escritores (as) com representatividade dos diversos Estados brasileiros elaboraram um manifesto reivindicatório denominado *Temos fome de literatura*¹ pontuando a necessidade de políticas consistentes para o campo literário, flagrando assim a escassez de discussões em torno de políticas públicas para a literatura e toda uma produção que se dá à margem de um mercado editorial hegemônico.

Conforme descrevem os escritores neste documento, os problemas envolvendo a literatura em nosso país vão das condições precárias em que se dão as diversas produções, às questões que denotam não só a “fome” de livros que o país possui, mas a situação de fome de políticas de fomento à criação literária enfrentada pelos escritores (as). Nesse sentido, a reivindicação do grupo se torna incisiva quando aponta para a negligência relegada ao trabalho do artista que se encontra à margem num momento de discussão e articulação de políticas para o livro, a leitura e as bibliotecas.

¹ Uma comissão formada por escritores compôs o Movimento Literatura Urgente e fez chegar, em novembro de 2004, às mãos do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, e ao coordenador Nacional do Livro Galeano Amorim, o manifesto “*Temos fome de literatura*”. A eclosão do movimento se deu a partir da iniciativa de escritores que, diante da inexistência de discussões em torno das políticas públicas de fomento à literatura, resolveram, de forma organizada, mobilizar um número significativo de assinaturas e reivindicar a inclusão de políticas consistentes para o setor.

No decorrer de dois anos de intenso trabalho de pesquisa - e sem pretensões de esgotá-lo, mas de ampliá-lo -, pudemos levantar reflexões que, se por um lado comprovam o que RUBIM (2008) em sua análise culturalística já apontava - quando elege três palavras que traduzem o itinerário das políticas culturais no Brasil: ausência, autoritarismo e instabilidade -, por outro, permite-nos visualizar indicadores culturais que demonstram que a construção de uma cultura literária ativa é possível e urgente, demandando para isso a emergência de um novo comportamento ou cultura política nova à qual se refere a filósofa Marilena Chauí:

O que é uma relação nova com a cultura, na qual a consideramos como processo de criação? É entendê-la como trabalho. Trata-la como trabalho da inteligência, da sensibilidade, da imaginação, da reflexão, da experiência e do debate e trabalho no interior do tempo é pensá-la como instituição social, portanto, determinada pelas condições materiais e históricas de sua realização. (CHAUÍ, 2007. p. 41).

Para a autora a concepção de cidadania deve ser entendida a partir do exercício de uma cultura política que possibilite a tomada de consciência do cidadão e sua interferência no espaço público fazendo valer seus direitos frente a um Estado que também é um produto cultural.

Nesta dimensão mais ampla e reconhecendo a efervescência atual em que se encontra o capitalismo tardio, o entendimento das questões levantadas por Chauí (2007) e pelo grupo de escritores (as) do MLU, é fundamental, para que possivelmente estejamos reelaborando significados, abrindo outras formas de viver e sobreviver.

2. Demandas literárias em Alagoinhas

Em Alagoinhas – cidade-pólo que integra o território dezoito de identidade - pudemos constatar que há uma significativa e crescente produção literária que resiste ao longo dos anos. Até o momento, foi possível catalogar 128 títulos, de 41 escritores (as) ‘quase invisíveis’, publicados desde a década de oitenta e duas coletâneas envolvendo mais de cem nomes de autores locais, inclusive estudantes que se viram motivados com tal iniciativa, apesar da forma material precária, em que se encontra esta produção. Isto se deve ao modo como tais escritores (as) produzem, sem apoio sistemático e investindo dinheiro próprio, muitas vezes sem obter retorno do capital investido. Como possível alternativa de fazer circular suas obras, alguns possuem páginas virtuais e comercializam como podem, vendendo com a ajuda de amigos e familiares, bem como através da participação em eventos promovidos por programas das Universidades, divulgação em rádios locais, jornais e revistas.

Não raro encontramos também alguns destes artistas em transe, movimentando-se pelos diversos espaços da cidade e exercendo as mais variadas atividades no mercado de trabalho capitalista para sobreviverem. Alguns divulgando e comercializando a preço de custo, outros ainda absorvidos pelo próprio Estado produzindo e vendendo sua força de trabalho para enaltecer feitos de gestões político-partidárias.

No município, há também, além de uma Secretaria de Cultura, Centro de Cultura, instituições ligadas à literatura como bibliotecas (pública municipal, escolares e comunitárias), escolas, universidades, associações de artistas como a Casa do Poeta (Caspal) – que inclusive é a única associação literária existente no Território - e a Academia de Letras e Artes de Alagoinhas (Alada), que atualmente encontra-se desativada. Verificamos que problemas de gerenciamento de espaço e dispersão dos membros dessas associações são fortes indicadores que agravam as dificuldades de seu funcionamento. Atualmente não há nenhum projeto elaborado coletivamente pelos membros da Caspal.

Outra iniciativa mapeada diz respeito a revistas e jornais independentes que circulam no município e oportunizam a divulgação da produção literária local, a exemplo do Jornal Expresso 18, Jornal e revista da ACIA (Associação Comercial e Industrial de Alagoínhas) e rádios locais, eventos promovidos pela universidade para fortalecimento da cultura literária.

Apesar de todo este equipamento cultural, são visíveis alguns sérios e preocupantes entraves neste campo, como: a ausência de políticas via Secretaria de cultura municipal que contemple e potencialize este segmento artístico - este setor no município apresenta problemas em sua própria estrutura interna -, dificuldade dos escritores em encontrar editoras no Estado para lançar seus livros, dificuldade dos escritores em participar dos editais lançados pelo Estado, problemas estruturais de funcionamento da Caspal e Alada - dado o estado de precariedade em que se encontram -, ausência de ações de incentivo à criação literária para além da política de editais, ausência de grande número de exemplares da literatura local em bibliotecas e livrarias locais, dificuldades de financiamento do poder público e iniciativa privada para publicação.

Em se tratando de gestão cultural, alguns problemas institucionais provenientes ainda das marcas de uma herança antidemocrática podem ser facilmente flagrados. São problemas, que além de gerarem obstáculos, vem dificultando o processo de descentralização a que se propõe a política pública vigente. Este fato comumente “aparece” nos rastros deixados e percebidos nos discursos e nas ações que nos propomos investigar.

A esse respeito, é interessante ressaltarmos a importante reflexão trazida por Teixeira Coelho (2008) em seu estudo sobre as atuais políticas culturais. O referido autor recorrendo ao texto do antropólogo francês Pierre Clastres, nos lembra da pertinência em percebermos o obstáculo epistemológico mais difícil de enfrentar na busca de um entendimento contemporâneo entre o Estado e a sociedade. E afirma:

Fenômenos como os da globalização e do mercado, agora habitualmente apresentados como os principais opositores à felicidade das pessoas, são na verdade obstáculos exteriores, de força menor àquela que detém um certo obstáculo interior, o obstáculo cimentado no pensamento e no comportamento de cada um, a ideologia mais incorporada que se pode imaginar, aquela que arma esse obstáculo epistemológico. (COELHO, 2008, p.70).

Esta questão vem por em evidência um dos aspectos relevantes - senão o principal - deste estudo, para o qual nos empenhamos, ao tempo que entendemos que já está mais do que na hora de problematizarmos e verificarmos, num momento em que há a convocação da sociedade civil para em consonância com o Estado construir estas políticas, como está se dando este obstáculo epistemológico em uma sociedade em constante processo de (re)avaliação de si num cenário de intensas trocas culturais e possibilidades de florescimento dos direitos de um sujeito plural.

Verificando essa trajetória, é pertinente refletirmos: que subjetividade estaria emergindo no interior deste sistema capitalístico aos quais estão submetidos os profissionais da palavra, em tempos de política pública cultural? Qual seria o perigo em potencializar estas escritas locais como um produto cultural a ser consumido e valorizado?

Para além das diferenças que flagramos entre o coletivo de escritores e o poder público local nos diversos momentos da pesquisa, o desejo de que haja a quebra de certa continuidade de determinadas linhas de orientação de alguns gestores culturais é evidente. Neste caso, percebemos que uma boa parcela de escritores (as) anseia por inovações no campo da literatura e do livro e acreditam que as políticas públicas culturais podem gerar também um possível caminho para alcançá-las. Isto se torna visível quando este coletivo aposta numa dinamização da produção vislumbrando uma política de circulação e democratização do

acesso não só das obras da literatura nacionalmente reconhecidas como também de escritores ditos ‘marginais’.

Contemporaneamente, vemos que o desenvolvimento de uma cultura – e aqui me refiro especialmente à literária – que se percebe também em constante processo de reflexão, do seu potencial criativo, dentro de uma cadeia global, pode questionar a manifestação dessa também conhecida ‘alta cultura’ no cotidiano, considerando os seus contornos políticos. Sendo assim é oportuno perguntarmos: como pensar globalmente e agir localmente para que a cultura da cidadania referida por Chuí (2007) garanta o pleno exercício da democracia em literatura?

É importante percebermos assim que as implicações culturais inerentes ao processo literário vão muito além do que se pode imaginar. A literatura assim como as demais artes, se desenvolve em universos semióticos que não são separados, ou seja, a sua produção expressa, mesmo que sem perceber, modos de representação da subjetividade. Nessa perspectiva, acrescentamos aqui a percepção do artista/escritor e seu caráter eminentemente político – em que pese a importância da sua produção - no atual cenário cultural em que vivemos.

Para tanto, é válido ressaltarmos as relações de força que circundam o fazer literário, bem como o discurso que atravessa a “imagem” do escritor (a), esta figura “central” e sujeito atuante que se encontra envolvido num contexto de cultura do dinheiro, mercado, mercadoria, bens simbólicos e indústria cultural que tentamos descrever e que influenciam também nas suas modelizações subjetivas, refletindo no seu fazer cotidiano. Este vem a ser um terreno fecundo já que este tipo de modelização está disseminado por toda a malha social - e Alagoinhas não escapa a essa realidade.

No contexto atual, esse artista da palavra é ‘convidado’ a interferir e opinar nas decisões para o campo literário e são ‘deslocados’ do seu ‘lugar’ de escritor para reivindicar seu espaço de cidadão de direitos, próximos e com o espectador. Sobre este aspecto é conveniente lembrarmos as importantes contribuições do Walter Benjamin² (1994) quando este nos revela o processo de construção do conceito de aura e seus prováveis impactos sobre o papel do artista e difusão da obra de arte.

3. Possíveis agenciamentos

Diante da transversalidade de fatores inerentes à literatura local e a convergência de discussões provocadas pelos estudos em Crítica Cultural podemos afirmar que é notável a importância da superação de alguns problemas de ordem socioeconômica e sociocultural mais geral, apontadas também pelo manifesto do MLU em 2004, dentre as quais estão a centralidade de algumas políticas existentes para o livro no Estado direcionadas às escolas e bibliotecas públicas - via Secretaria Estadual de Educação - que ainda não contemplam a literatura local e não reconhece ofício do escritor (a) como um trabalho, a escassez de editoras habilitadas para atuar neste mercado no Estado.

Algumas iniciativas que existem, como os projetos de incentivo a leitura, os Pontos de Leitura do Governo Federal, o *Proler* do Governo Estadual da Bahia, o Programa Nacional para Biblioteca Escolar-(PNBE), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a construção de Plano Nacional do Livro e da Literatura, Programa do Livro Popular lançado na no Ano passado, dentre outras implementações, devido à própria dinâmica sociocultural aqui mencionada aponta para a necessidade de revisão dessas políticas. Projetos intersetoriais também vem sendo realizados desde 2008 como as políticas culturais voltadas para a

² Aqui nos referimos ao texto intitulado “A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica”. Ensaio traduzido em português por José Lino Grunnewald e publicado em *A ideia do cinema* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969) e na coleção “Os Pensadores”, da Abril Cultural, é a segunda versão alemã, que Benjamin começou a escrever em 1936 e foi publicado em 1955.

juventude estudantil baiana, o Tempo de Arte Literária (TAL), as Artes Visuais Estudantis (AVE) e o Festival Anual da Canção Estudantil (FACE), idealizados pelo Governo do Estado através da Secretaria Estadual de Educação (SEC).

Sem dúvida, percebendo a amplitude dos fatores implicados ao processo literário, alguns complicadores precisam ser visualizados, a saber: a superação de uma política editorial hegemônica que opera junto a uma indústria capitalística neoliberal, a dificuldade de alguns escritores em operarem junto à política pública cultural, a noção de que somente à escola cabe o papel de formação de leitores em potencial e a superação de determinada ideologia no que se refere ao modo como é concebido o ofício cultural do (a) escritor (a).

Diante desta recente proposição do Estado em instituir o Sistema Nacional de Cultura e com isso, formular políticas públicas voltadas também para o campo da literatura e leitura, somando-se a isso a instituição de políticas de Estado que contemplam este segmento cultural, percebemos que apesar de algumas dificuldades dos escritores (as) e instituições em lidar com as recentes políticas públicas, notamos que a participação e o interesse dos escritores e representantes de instituições culturais nos debates vem se dando - ainda que timidamente - de forma gradativa, sendo constante e recorrente a sua presença nos espaços de discussão e eventos promovidos inclusive pela Universidade.

Considerando a realidade até aqui exposta, podemos afirmar que há um movimento subjetivo latente de escritores (as) anônimos que desejam engendrar uma outra dinâmica ao seu ofício cultural. Surgindo assim através da identificação destes problemas a necessidade de refletirmos e repensarmos as políticas públicas culturais; que o empreendimento e discussão no campo da pesquisa literária abram possibilidades de operarmos localmente em diálogo com o global no sentido de nos mobilizarmos de fato e construirmos uma cultura literária que afirme a vida e solidifique as noções de cultura como bem simbólico, econômico e cidadão, se opondo à reprodução de práticas capitalistas hierarquizantes e violentas.

Conclusão

É coerente afirmar que diante do contexto sociocultural que aqui descrevemos - imerso na cultura do dinheiro, mercado, bens simbólicos, indústria cultural acrescida de seus interesses e fetiches -, a literatura assim como as demais artes entra como forte possibilidade na contemporaneidade para repensarmos e reelaborarmos outras formas de vida, numa perspectiva mais humana, em que pese os espaços sociais de subjetivação e sua luta pelo exercício dos direitos culturais.

Nesse sentido, acreditamos que um dos pontos relevantes diante da atual perspectiva de transformação cultural em sua multiplicidade, diz da figura do artista e seu caráter eminentemente político no cenário atual - perpassando pelas modelizações subjetivas e seus desdobramentos e fantasmas que transversalizam o ofício da escrita - quando vivenciamos um momento em que o artista é convidado a formular junto ao Estado diretrizes que subsidiarão os planos decenais de cultura.

No espaço-tempo desta pesquisa, percebemos que alguns equipamentos culturais se mostram imprescindíveis e valiosos no sentido de figurar junto com o coletivo cultural de escritores um possível movimento estético-político organizado em favor de uma arte literária aberta a outras experimentações, e nessa empreitada estabelecer múltiplas conexões, em tempos de institucionalização da malha cultural no país. Dentre estes equipamentos temos bibliotecas públicas e comunitárias da cidade/território/estado, associações de moradores nos bairros, Universidades públicas e particulares, agências de fomento à cultura, escolas, centros de cultura.

Se, podemos afirmar que há um movimento subjetivo latente de escritores (as) anônimos que desejam uma outra dinâmica ao seu ofício cultural, surge daí a possibilidade de

operarmos localmente em diálogo com o global no sentido de percebermos que apesar de haver certa abertura gerada pelos mecanismos de política pública com alguns ainda tímidos avanços no campo literário, a existência de problemas no funcionamento destas políticas apontam para a necessidade de sua revisão, já que na base do seu funcionamento notamos sérios problemas que vão da desarticulação provocada pelos interesses particulares de quem está gerindo a cultura no município, a problemas estruturais de funcionamento interno da própria Secult (Secretaria de Cultura do Estado).

Acreditamos que muito pode ser articulado principalmente quando partimos de reflexões como nos mostra Singer (2008), em que é possível articular um cenário alternativo sempre aberto a outras perspectivas construindo assim outras narrativas em que a produção literária se transforme no signo enquanto forma de representação de uma realidade diferencial e libertária. No entanto, não deve prescindir de uma autocrítica do escritor/trabalhador e seu engajamento diante da realidade em que vivemos, a fim de solidificar a cultura como um bem simbólico, econômico e cidadão.

Sendo assim, a iminência do debate e abertura a que se propõe este estudo está aliada à construção de roteiros e redes alternativas que invistam contra um modelo hegemônico e excludente de fazer cultura, vislumbrando uma política de organização das artes e seu potencial criativo. Cremos que atribuir e relegar todas as responsabilidades somente ao Estado seja um grande equívoco. São necessárias políticas que garantam além da valorização e democratização do acesso aos bens culturais, proporcione o eco de vozes historicamente recalçadas, numa perspectiva de acesso aos modos de produção e geração de renda.

Referências

- BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1988.
- BENJAMIN, W. *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica*. In: *Magia e técnica, arte e política: Obras escolhidas I*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez Lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. Secretaria de Cultura da Bahia, Salvador, 2007
- CULLER, Jonathan. *Teoria Literária: uma introdução*. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 1999. Trad.: Sandra Vasconcelos.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *Kafka: para uma literatura menor*. Trad. Rafael Coutinho. Lisboa: Assírio e Alvim, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2004.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HOISEL, Evelina. *A leitura do texto artístico*. Salvador: EDUFBA, 1996.
- JAMESON, Fredric. *A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2004.
- RUBIM, Antônio Canelas. *Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos*, Salvador: EDUFBA 2008.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *As dimensões da participação cidadã*. Caderno CRH n.1 Salvador, Centro de Recursos Humanos, UFBA, 1997.

ⁱ **Vanise Albuquerque Santos, Mestre em Crítica Cultural**. Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II. E-mail: vanise_albuquerque@yahoo.com.br